



CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO DEPARTAMENTO MUNICIPAL – CRAS-ECHAPORÃ/SP.

DISPENSA Nº 005/2018
CONTRATO Nº 005/2018
PROCESSO Nº 006/2018

Por este instrumento particular de contrato por prazo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, com base no art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ECHAPORÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito sob o CNPJ n. 44.470.300/0001-00, com sede à Rua Praça Riodante Fontana, nº. 10, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo o senhor **LUÍS GUSTAVO EVANGELISTA**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade (RG) n. 30.421.475-9, e do CPF nº 285.330.428-00, residente e domiciliado no Município de Echaporã, SP, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **BEATRIZ RAMAZOTTI MENDONÇA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 27.352.069/0001-05, com Sede na Rua Laurindo Castelucci, nº 60, no município de Echaporã, Estado de São Paulo, aqui representada pela Senhora Beatriz Ramazotti Mendonça, Brasileira, Solteira, inscrita no CPF 456.106.208-48 e RG nº 49.744.712-5, residente e domiciliada na Cidade de Echaporã/SP, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, justos e Contratadas o que abaixo segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestar serviços técnicos profissionais para apoio administrativo junto ao CRAS, executar serviços de acolhimento e escuta clínica, entrevista social, operar sistema cadastro único, manutenção de benefícios de transferência de rendas, operar sistema do programa renda cidadã, ação jovem e carteira do idoso, orientação social e dinâmica em grupo, atuar no fortalecimento do convívio social e auxiliar o fundo social de solidariedade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO HORÁRIO DE TRABALHO:

A Contratada deverá cumprir a carga horária de 8 (oito) horas diárias, sendo 40 horas semanais.

A Contratada deverá executar suas atividades junto ao prédio **CRAS**, bem como poderá utilizar seus equipamentos necessários para a execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS BASICOS:



A Contratada deverá entre outros, prestar os seguintes serviços:

I – Acolhimento e escuta social.

II – Operar o sistema cadastro único.

III – Manutenção dos benefícios de transferência de rendas.

IV – Operar o sistema do programa renda cidadã, ação jovem e carteira do idoso.

V – Orientação social e dinâmicas de grupo.

VI – Atuar no fortalecimento do convívio social.

VII – Auxiliar o fundo social de solidariedade.

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO

A Contratada receberá pelos trabalhos executados, objeto deste contrato, o valor de R\$ 1.570,00 (Um mil e quinhentos e setenta reais) mensais, pelo período de 05 meses.

Tem-se justo e acordado o valor total de R\$ 7.850,00 (Sete mil oitocentos e cinquenta reais), pelo prazo de 05 Meses, de acordo com a execução dos serviços e cronogramas do CRAS-Echaporã/SP.

Os pagamentos serão realizados em até 05 (cinco) dias úteis, após o fechamento do período mensal e emissão de nota fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas do presente contrato serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

FR.01 – 02.03-0824400032.007-33.90.39 – 214 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O presente contrato terá início na data de sua assinatura (17/01/2018), podendo vigorar pelo prazo máximo e improrrogável de cinco meses, até 17/06/2018.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

Este contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, de uma a outra, respeitada a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de seu recebimento, desde que respeitadas às cláusulas normativas para rescisão nos parágrafos primeiro a quarto que se seguem, ou em comum acordo entre as partes.

A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:

- I - pelo descumprimento de quaisquer obrigações estabelecidas neste contrato ou por ineficiência nos atos de prestações de serviços, bem como por qualquer ato de desobediência ou insubordinação no trabalho;
- II - por qualquer ato não autorizado que cause prejuízo ao bom andamento dos serviços públicos inerentes a prestação do serviço contratado;
- III - pela liquidação da Contratante ou do Contratado;
- IV - por morte do Contratado;

A rescisão, por qualquer das partes, sem os critérios contidos no "caput", sujeitará o infrator ao pagamento de multa equivalente à base média do recebimento mensal durante a vigência deste contrato, corrigido monetariamente, multiplicado pelo número de meses que restam para o efetivo término do mesmo.

CLÁUSULA OITAVA - DO DISTRATO E ANULAÇÃO:

O presente contrato será objeto de Distrato ou Anulação, nos seguintes casos:

- a) Distrato - acontecerá por solicitação do contratado, quando manifestar expressamente esta intenção, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo a critério da Administração.
- b) Anulação - contratação em desacordo com a Lei citadas, é nula de pleno direito.

CLÁUSULA NONA - DA REPARAÇÃO DE DANOS:

Em caso de danos causados pela contratada à Administração Pública, ora contratante, a devida reparação será descontada dos valores tidos a receber, de forma imediata e lançada de ofício nos registros contábeis e de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DEVERES E CUMPRIMENTO DA ORDEM

A contratada obriga-se a respeitar as determinações de serviço emanadas da Administração Pública, ora contratante, tanto com referência aos termos dos regulamentos internos e avisos, como a quaisquer outros meios adotados, segundo a conveniência da própria Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ACÚMULO DE CARGO OU FUNÇÃO:

A Contratada declara para todos os efeitos legais, que não ocupa cargo, emprego ou função pública, em regime de acumulação, em qualquer das esferas de Administração Pública, seja Municipal, Estadual ou Federal e que, se ocupa tal cargo está dentro da previsibilidade do art. 37, XVI, "b", da CF/88, não gerando prejuízos a Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Aplica-se ao presente contrato toda a legislação vigente no País, com base no art. 37, IX da Constituição Federal e em especial a Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO COMPETENTE:

As partes, de comum acordo, elegem o Foro e Comarca do Município de Assis, Estado de São Paulo, para dirimir todas as questões oriundas do presente instrumento contratual, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justos e Contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para após serem publicados na forma legal.

Echaporã - SP, 17 de janeiro de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL
LUÍS GUSTAVO EVANGELISTA
Contratante

Beatriz Ramazotti Mendonça

BEATRIZ RAMAZOTTI MENDONÇA
Contratada

Testemunhas:

1) Nome:

RG:

PAULO CESAR DA SILVA
17807177

2) Nome:

RG:

TARA MARQUES
33.128.271.59